

EDUCAÇÃO AGUARDA DEBATE SOBRE CURSOS PRIVADOS

Almir Teixeira
Jornalista



Três cursos desse tipo já estão em andamento na Faculdade de Educação, organizados por uma fundação privada, a Fafe. O tema divide os docentes, e a momentânea desaprovação de um curso pago, em 2001, levou presidente da CCEX a deixar o cargo

A Faculdade de Educação (Feusp) passou a discutir a questão dos cursos pagos em 2001, na esteira dos questionamentos levantados nos últimos anos na USP. Na Feusp, as opiniões são bastante divergentes, tendo sido a desaprovação de um curso pago até motivo para a saída da presidente da Comissão de Cultura e Extensão (CCEx).

A discussão tornou-se objetiva quando, em 2001, foi submetida à CCEx a proposta do curso de “Especialização em Educação Infantil”, pago, que era realizado havia pelo menos cinco anos — e que, desta vez, não foi reprovado pela Comissão. Alegando “policiamento ideológico”, a então presidente da CCEx, professora Anna Maria Pessoa de Carvalho, deixou o cargo, que passou à professora Sonia Portella Kruppa, até então suplente.

A CCEx decidira, portanto, não permitir a realização do curso, mas surgiram questionamentos, como a alegação de que alguns alunos que haviam iniciado o curso em 2000 e não conseguiram concluí-lo precisariam frequentar a nova edição.

“A CCEx acabou voltando atrás, principalmente por pressão de alguns professores do Departamento de Metodologia do Ensino, que costumam votar em bloco na Congregação e dominam a estrutura administrativa da faculdade”,

conta Samantha Neves, estudante de pedagogia e uma das coordenadoras do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Sob pressão, a CCEx resolveu permitir a realização do curso, desde que a Congregação da Feusp aprovasse a realização de um seminário aberto, para discussão do assunto pela comunidade da Feusp. Concomitantemente à aprovação desta proposta, a CCEx publicou um boletim levantando

CCEx permitiu cursos pagos com a condição de que a Congregação realizasse debate na Feusp. Que não aconteceu

do sete questões sobre os cursos pagos e compilando suas respectivas formulações na Constituição Federal e nas legislações da USP e da unidade.

“Queríamos que o boletim fosse um subsídio para um seminário a ser aprovado pela Congregação”, explica a professora Kruppa. Entretanto, o tom do boletim resultou meramente descritivo. “Para a CCEx levantar questionamentos, o boletim foi o documento possível como consenso. O ideal era que fosse um

documento mais crítico”, comenta Samantha, do DCE.

Assim, o curso foi realizado, mas o debate proposto pela CCEx não saiu do papel. Quando, já em 2002, foi apresentada a proposta do curso “Psicanálise, Infância e Educação”, ao custo de R\$ 560,00 para funcionários públicos e graduandos da FE, e R\$ 800,00 para outros alunos, a CCEx pronunciou-se novamente junto à Congregação no sentido de só aprová-lo com a garantia de que se realizasse o debate.

Desta vez, a Congregação aprovou a realização de um seminário aberto sobre o assunto, mas não definiu sua data de realização.

Os cursos pagos encaminhados à CCEx são organizados pela Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Fafe), que está realizando, além deles, o curso de atualização “Leituras de Freud – Uma introdução à Psicanálise”, que conta com seis alunos, pagantes de R\$ 320,00 cada.

A Fafe foi criada há cinco anos, quando a professora Anna Maria de Carvalho, atual diretora-executiva da fundação, era diretora da Feusp. De acordo com a professora, as discussões a respeito duraram cerca de um ano na Congregação, e optou-se por um modelo administrativo que fosse bem vinculado aos órgãos da Faculdade.

“Todas as nomeações e decisões importantes são trazidas à Congregação”, relata o professor

Antônio Joaquim Severino, presidente da Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Feusp. “Não vejo risco de falta de transparência, porque a fundação está pulsando na vida da unidade”, diz. No entanto, o presidente da CPG critica as instituições desse tipo existentes em outras unidades da USP: “As fundações foram criadas por conta da burocracia, para agilizar a Universidade, mas estão ficando autônomas demais. Precisa-se repensar a fundação enquanto instância acadêmica. O serviço pode ser remunerado, mas o dinheiro é institucional, devendo ficar com a Universidade para evitar o risco de privatizar os grupos que dão cursos”.

Mais contundente em relação à Fafe é o professor Rubens Camargo, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação: “Eu não me sinto contemplado com essa fundação. O problema é que hoje os recursos não entram como recursos da Universidade, mas privados o tempo todo”.

O fato de a Fafe ser uma fundação de apoio, explica a professora Selma Garrido Pimenta, diretora da Feusp, “significa que há uma linha clara de aplicação dos recursos, destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão e melhoria das condições gerais da unidade”. A Fafe administrou, com seus projetos, recursos de R\$ 6,37 milhões em 2001, dos quais repassou 2,5% para a USP e outros 2,5% para a Faculdade, o que soma R\$ 318.354,10.

CCEX PREPAROU SUBSÍDIO PARA O DEBATE

A CCEX da Feusp publicou, no *Boletim Informativo FEUSP* (edição especial, 15/10/2001), uma compilação das normas e diretrizes que regem as atividades de cultura e extensão na USP e naquela unidade, como subsídio para a instalação de “amplo debate” sobre a política de cultura e extensão.

De acordo com a própria CCEX, a elaboração do subsídio foi pautada “por algumas questões problematizadoras, que serviram como guia para os recortes dos artigos”, extraídos dos seguintes documentos: Constituição Federal de 1988, Estatuto e Regimento da USP, Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP, Minuta de Resolução do CoCEX da USP de 2001 sobre os cursos de extensão, Regimento da FE, Regulamento da CCEX da Feusp e Estatuto da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Fafe).

As “questões problematizadoras” elencadas são as seguintes:

“1) Que compreensão a comunidade Feusp tem do tripé ensino-pesquisa-extensão?

2) Como pode ser compatibilizada a oferta de atividades de ensino e pesquisa com aquelas da extensão?

3) Haveria forma de tornar mais abrangente a cobertura dos cursos de extensão, como, por exemplo, com a oferta de vagas aos alunos da graduação?

4) Como a regulamentação dos diferentes regimes de trabalho prevê a extensão? Para os docentes, há a obrigatoriedade do exercício das atividades de extensão, à semelhança do que ocorre com o ensino e a pesquisa? As atividades de extensão compõem os relatórios obrigatórios de atividades enviados à CERT?

5) Outras instituições e docentes não pertencentes ao quadro da USP podem participar das atividades de cultura e extensão. O que deve justificar essa participação?

6) Como nos posicionamos frente ao pagamento de atividades e cursos?

7) Como as atividades da Fafe se relacionam com as atividades de extensão?”